

## CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE  
PORTOS E AEROPORTOS, E O  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO  
PAULO PARA CONSTRUÇÃO,  
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO  
EMPREENDIMENTO DENOMINADO  
SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO.

Pelo presente instrumento, os **PARTÍCIPIES**:

**UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS - MPOR**, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 49.582.441/0001-38, doravante denominado **DELEGANTE**, neste ato representado pelo Ministro de Portos e Aeroportos, Sr. **SÍLVIO COSTA FILHO**; e

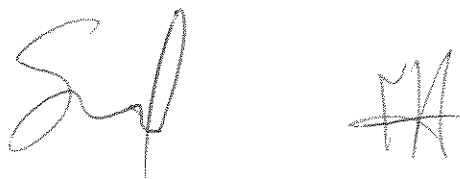
**ESTADO DE SÃO PAULO**, com endereço no Palácio dos Bandeirantes, São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominado **DELEGATÁRIO**, representada por seu Governador, Sr. **TARCÍSIO DE FREITAS**;

### CONSIDERANDO:

O interesse comum dos **PARTÍCIPIES** no desenvolvimento de projeto de parceria público-privada envolvendo os serviços públicos de construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração de túnel imerso de ligação entre os municípios de Santos e Guarujá, doravante denominado **PROJETO**, conforme o previamente formalizado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2024;

A execução do **PROJETO**, por se desenvolver na área do **PORTO ORGANIZADO**, tangencia competências da **UNIÃO**, exercidas por intermédio da respectiva Autoridade Portuária, e, por abranger a implantação e a operação de conexão rodoviária intermunicipal, também envolve competências do **ESTADO DE SÃO PAULO**;

A necessidade de harmonizar as competências da **UNIÃO** e do **ESTADO DE SÃO PAULO** para a execução eficiente do **PROJETO**;



O disposto no Decreto-Lei nº 200, 25 de fevereiro de 1967, e no art. 6º, § 2º, da Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011;

Resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO**, o que fazem nos seguintes termos:

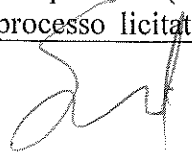
### **CLÁUSULA PRIMEIRA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente **CONVÊNIO** é regido, em âmbito federal, pelo Decreto-Lei nº 200, 25 de fevereiro de 1967, pela Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, em âmbito estadual, pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004, e pelo Decreto Estadual nº 66.173, de 26 de outubro de 2021.

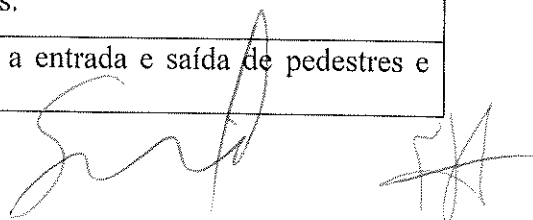
### **CLÁUSULA SEGUNDA DAS DEFINIÇÕES**

Para os fins do presente **CONVÊNIO**, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:

<b>ACESSOS URBANOS</b>	Vias, alças e dispositivos implantados para o fim exclusivo de conexão do <b>TÚNEL</b> com o viário local das cidades de Santos e Guarujá. Englobam os <b>ACESSOS URBANOS</b> não somente as faixas de rolamento, mas também os acostamentos, refúgios, ciclovias, passeios, passarelas, OAEs (pontes, viadutos e túneis), trincheiras, elementos de drenagem, de sinalização e dispositivos de segurança, bem como os taludes de corte e aterro.
<b>ANTAQ</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
<b>APORTE PÚBLICO DEFINIDO NA LICITAÇÃO</b>	Valor definido na licitação a partir da apresentação de proposta pela Adjudicatária que constituirá a futura <b>CONCESSIONÁRIA</b> do <b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b> e que será utilizado pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> para realizar os pagamentos dos eventos de desembolso nos termos previstos pelo <b>CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA</b> .
<b>APORTE PÚBLICO TOTAL MÁXIMO</b>	Valor máximo de aporte de recursos públicos a serem pagos à futura <b>CONCESSIONÁRIA</b> pela construção do <b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b> , nos termos previstos pelo <b>CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA</b> .
<b>APS</b>	Autoridade Portuária de Santos
<b>ARTESP</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
<b>CONCESSIONÁRIA</b>	Sociedade de propósito específico (SPE) a ser constituída pela Adjudicatária do processo licitatório de concessão do



	<b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b> , que firmará o <b>CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA</b> com o <b>PODER CONCEDENTE</b> .
<b>CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA</b>	Contrato de concessão patrocinada dos serviços públicos de construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários a ser celebrado para a exploração do <b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b> , no qual a construção será realizada por meio do pagamento do <b>APORTE PÚBLICO DEFINIDO NA LICITAÇÃO</b> , para que a <b>CONCESSIONÁRIA</b> o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco.
<b>CUSTEIO ESTADUAL</b>	Valor repassado pelo <b>ESTADO DE SÃO PAULO</b> , a ser depositado em conta vinculada – <b>CONTA DE CUSTEIO ESTADUAL</b> ( <i>escrow account</i> ) e liberado para o pagamento da construção do <b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b> de acordo com o atingimento dos marcos contratuais (eventos de desembolso) das obras pela futura <b>CONCESSIONÁRIA</b> no âmbito de concessão patrocinada.
<b>CUSTEIO FEDERAL</b>	Valor repassado pela <b>UNIÃO</b> , mediante recursos próprios e/ou da <b>AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS</b> , a ser operacionalizado por instrumento jurídico próprio e depositado em conta vinculada – <b>CONTA DE CUSTEIO FEDERAL</b> ( <i>escrow account</i> ) e liberado para o pagamento da construção do <b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b> de acordo com o atingimento dos marcos contratuais (eventos de desembolso) das obras pela futura <b>CONCESSIONÁRIA</b> no âmbito de concessão patrocinada.
<b>ESTUÁRIO DE SANTOS</b>	Áreas do Porto Organizado de Santos entre os bairros do Macuco, no Município de Santos (margem à direita) e o bairro de Vicente de Carvalho, no Município do Guarujá (margem à esquerda).
<b>NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO</b>	Notificação comunicando a conclusão das obras e serviços construtivos relativos a um determinado evento de desembolso, para fins de liberação de parcela do <b>APORTE PÚBLICO DEFINIDO NA LICITAÇÃO</b> .
<b>NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO</b>	Notificação que tem como objetivo atestar a efetiva realização do evento de desembolso pela futura <b>CONCESSIONÁRIA</b> e o montante relativo ao evento de desembolso a partir da fiscalização pelo auditor independente nos termos do <b>CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA</b> .
<b>NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO DE APORTE</b>	Notificação informando sobre cada um dos pagamentos realizados à futura <b>CONCESSIONÁRIA</b> .
<b>PODER CONCEDENTE</b>	Conforme delegação da <b>UNIÃO</b> , o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do <b>DELEGATÁRIO</b> .
<b>PORTO ORGANIZADO</b>	Porto Organizado de Santos.
<b>PRÉDIOS DE ACESSO</b>	Edificações que permitem a entrada e saída de pedestres e ciclistas no <b>TÚNEL</b> .



<b>SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO</b>	Empreendimento a ser implementado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> para viabilizar a implementação de uma ligação seca imersa, no canal do Porto Organizado de Santos, entre os Municípios de Santos e do Guarujá, no Estado de São Paulo, por meio da construção do <b>TÚNEL, ACESSOS URBANOS e PRÉDIOS DE ACESSO.</b>
<b>TÚNEL</b>	Túnel imerso que liga as cidades de Santos e Guarujá de acordo com as características estabelecidas no <b>CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.</b>

### **CLÁUSULA TERCEIRA DO OBJETO**

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a delegação de competências da União, referentes à parte das funções da Autoridade Portuária do **PORTO ORGANIZADO**, ao Estado de São Paulo, visando a viabilizar a atuação do **DELEGATÁRIO**, na condição de **PODER CONCEDENTE**, no âmbito do **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA** destinado à construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à implantação do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**.

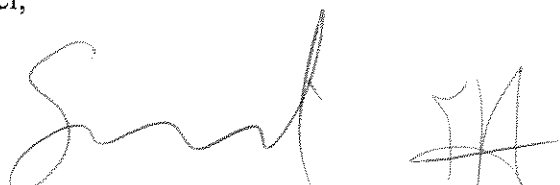
**Subcláusula primeira.** O **DELEGATÁRIO** promoverá a implantação, a manutenção e a exploração do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO** de forma indireta, através de **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**, no qual a construção será realizada por meio do pagamento do **APORTE PÚBLICO DEFINIDO NA LICITAÇÃO**, para que a **CONCESSIONÁRIA** o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco.

**Subcláusula segunda.** A execução do **PROJETO**, por se desenvolver na área do **PORTO ORGANIZADO**, tangencia competências da **UNIÃO**, exercidas por intermédio da respectiva Autoridade Portuária, e, por abranger a implantação e a operação de conexão rodoviária intermunicipal, também envolve competências do **ESTADO DE SÃO PAULO**.

### **CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA DELEGANTE**

São obrigações da **DELEGANTE**:

I - tomar as providências, no âmbito de suas competências, para assegurar a celebração dos instrumentos necessários para a convivência das atividades portuárias com a construção, operação e manutenção do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**, inclusive a interrupção ou limitação de determinadas atividades portuárias na área de implantação do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**, por tempo certo e determinável;



II – assegurar a utilização de áreas e vias do Porto Organizado de Santos no Município de Santos (margem à direita) e no Município do Guarujá (margem à esquerda) para fins da construção, operação e manutenção do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**;

III - tomar as providências, no âmbito de suas competências, para assegurar a celebração dos instrumentos necessários para a convivência das atividades portuárias com a construção, operação e manutenção do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**;

IV - assegurar a interrupção das atividades portuárias no Estuário de Santos para implementação do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO** pelo menos a cada 15 (quinze) dias corridos, pelo período mínimo de 48 (quarenta e oito) horas;

V - participar ativamente das negociações para reger a relação entre as partes em relação à interação do Porto Organizado de Santos e o **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**, em até 90 (noventa) dias da assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**;

VI – oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento; e

VII – garantir a transferência dos recursos financeiros relativos aos **CUSTEIO FEDERAL** em até 3 (três) dias úteis anteriores à assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**.

**Subcláusula única.** A Comissão Mista de Licitação, instituída por meio da Portaria-de Pessoal DG ANTAQ nº 2, de 31 de janeiro de 2025, acompanhará o procedimento licitatório da concessão patrocinada do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO** a ser realizado pelo **DELEGATÁRIO**.

#### **CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DO DELEGATÁRIO**

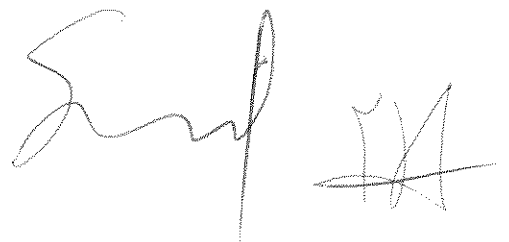
São obrigações do **DELEGATÁRIO**:

I – executar o objeto da delegação, obedecendo as normas aplicáveis aos convênios de delegação, em especial as mencionadas na **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** deste Instrumento;

II – atuar na qualidade de **PODER CONCEDENTE** da concessão patrocinada para construção, operação e manutenção do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**;

III – exercer, na qualidade de **PODER CONCEDENTE**, direta ou indiretamente, por intermédio da **ARTESP**, a fiscalização sobre o **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**;

IV - facilitar o monitoramento e o acompanhamento do **DELEGANTE**, fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste **CONVÊNIO**, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e ao **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA** celebrado;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

V – afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;

VI – adotar as medidas necessárias para que haja a manutenção e a conservação dos bens da União sob sua gestão;

VII – garantir a prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários do **SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO**, atendendo às condições de atualidade, conforto, continuidade, cortesia, eficiência, generalidade, higiene, modicidade tarifária, pontualidade, sustentabilidade ambiental, regularidade e segurança;

VIII – receber, conservar e zelar pela integridade dos bens patrimoniais do porto delegado, incluindo sua infraestrutura de proteção e acesso, mantendo-os em perfeita condição de conservação e funcionamento até sua devolução à União;

IX - dar condições e apoiar a **DELEGANTE** e a **ANTAQ** no exercício das atividades de acompanhamento, fiscalização e controle do **CONVÊNIO**, fornecendo, em tempo hábil, todas as informações e facilidades para a supervisão e fiscalização de suas atividades; e

X – devolver à **DELEGANTE**, ao término da delegação, todas as áreas do **PORTO ORGANIZADO** e o **TÚNEL**, com exceção dos **ACESSOS URBANOS** e **PRÉDIOS DE ACESSO**, sem que o **DELEGATÁRIO** tenha qualquer direito de indenização.

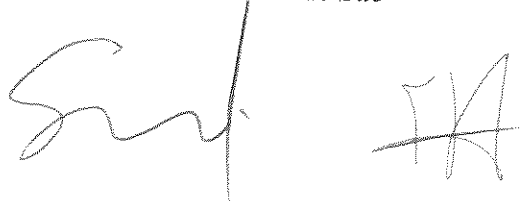
#### **CLÁUSULA SEXTA DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO**

Incumbe à **ANTAQ**, dentro de sua competência legal, supervisionar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo **DELEGATÁRIO**, acompanhando a execução das obrigações previstas neste **CONVÊNIO**, com a finalidade de garantir a prestação dos serviços e atividades portuárias desempenhadas no **PORTO ORGANIZADO**, impondo, quando for o caso, medidas corretivas e cominação de penalidades pelo seu descumprimento, em conformidade com a legislação vigente, sem prejuízo das competências a serem exercidas, no âmbito do **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**, pelo **DELEGATÁRIO**, diretamente ou por meio da **ARTESP**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O **DELEGATÁRIO** fará sua prestação de contas anual diretamente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, consoante às normas vigentes, encaminhando cópia da referida prestação de contas à **ANTAQ**.

**Subcláusula primeira.** Após o julgamento das contas, o **DELEGATÁRIO** se obriga a encaminhar à **ANTAQ** o respectivo ato editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



**Subcláusula segunda.** A prestação de contas de que trata a subcláusula primeira não exclui a obrigação da **DELEGANTE** de submeter à apreciação do Tribunal de Contas da União a prestação de contas relativa ao **CUSTEIO FEDERAL**.

**Subcláusula terceira.** A prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não exclui a obrigação do **DELEGATÁRIO** de se submeter à supervisão e fiscalização da **ANTAQ** e/ou do **DELEGANTE**, no que aplicável e conforme previsto na legislação de regência.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA**

O presente **CONVÊNIO** entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração de 32 (trinta e dois) anos, podendo ser prorrogado, por solicitação devidamente fundamentada de qualquer das partes, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término, em conformidade com a vigência do **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**.

#### **CLÁUSULA NONA DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO**

As partes poderão denunciar o presente **CONVÊNIO** a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação à outra parte com antecedência de pelo menos 180 (cento e oitenta) dias.

**Subcláusula primeira.** São motivos para a imediata rescisão do presente **CONVÊNIO**:

- I - o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas; ou
- II - a inviabilidade de sua execução por fato superveniente.

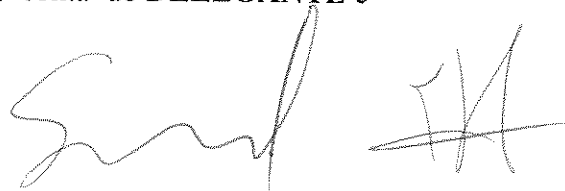
**Subcláusula segunda.** A denúncia ou rescisão do **CONVÊNIO** não acarretará a extinção do **CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**, devendo os **PARTÍCIPES** atuarem para assegurar sua regular execução.

A parte que, por sua conduta, causar prejuízo à outra parte ficará obrigada a indenizá-la.

**Subcláusula terceira.** Os casos de rescisão deverão estar acompanhados da respectiva motivação nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA DA PUBLICAÇÃO**

As partes farão publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, correndo as despesas à conta do **DELEGANTE** e do **DELEGATÁRIO**, respectivamente.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CONFLITOS**

Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou quaisquer questões oriundas deste **CONVÊNIO**, antes de recorrerem ao Poder Judiciário, as partes se comprometem a encaminhar a questão para a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
**DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para solucionar qualquer litígio que surja em decorrência deste **CONVÊNIO**, com renúncia a qualquer outro.

E por estarem justos e acordados, os convenientes firmam o presente **CONVÊNIO** em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas adiante nominadas e que também o firmam.

na data da assinatura

**Pelo DELEGANTE:**

  
**MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS**  
**SÍLVIO COSTA FILHO**

**Pelo DELEGATÁRIO:**

  
**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**TARCÍSIO DE FREITAS**

**Testemunhas:**

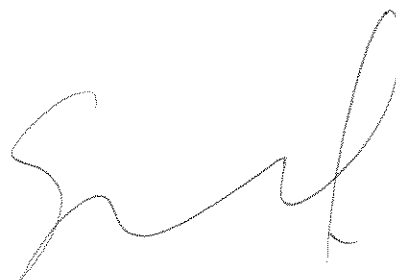
  
Nome: **MARIANA PESCATORI**  
RG nº **1806941 SSP / DF**

  
Nome: **Rafael Antonio Casim Benini**  
RG nº **25.243.050-5**



CPF/ME nº 988 113 121-41

CPF/ME nº 223.011.918-42

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of fluid, connected loops and strokes, positioned in the lower right area of the page.